



da Organização

BOLETIM MAI/JUN 2010

Vivemos tempos difíceis, não só pela conjuntura económica nacional agravada pelos quatro anos do governo PSD/CDS-PP, mas também pelo garrote do sistema capitalista à escala mundial, que empobrece, explora e agrava as desigualdades existentes. Sem uma ruptura com as imposições da U.E. que o actual governo do PS vai acatando, não haverá solução para os problemas económicos e sociais do nosso país.

No sector da vigilância já não são novidade as patifarias e atropelos efectuados pelas empresas, que continuamente atingem os vigilantes nos seus direitos e é na resistência e denúncia contra essas ilegalidades que se devem unir todos os vigilantes. O desânimo e a resignação só beneficiarão o patronato, em detrimento da qualidade de vida dos trabalhadores.

Assistimos nos últimos anos a um brutal ataque a salários, direitos e condições de vida e de trabalho. Não podemos ficar quietos a assistir ao desmantelamento do tecido social e económico nacional enquanto, por outro lado, se favorece o sistema capitalista nas mais variadas formas de opressão.

Não obstante o facto de realizarmos uma luta desigual com o patronato, a voz dos vigilantes comunistas será sempre a voz da luta contra a ofensiva capitalista. A luta trará muitos avanços e retrocessos, mas fieis à nossa história continuaremos firmes e determinados nas nossas justas aspirações por uma sociedade mais justa, igual e soberana, livre da exploração do homem pelo homem. Neste sentido, importa unirmo-nos na luta por melhores condições, condições essas que dignifiquem a condição do trabalhador da vigilância.

Hoje muitos terão medo, medo esse fomentado pelos instrumentos cegos e sectários do grande capital, medo de perder o emprego, medo do aumento da discriminação, medo de chegar ao fim do mês e não ter capacidade de fazer face às mais elementares necessidades do homem e da família, mas medo esse que os vigilantes comunistas não tem ao afirmarem as suas legítimas aspirações, ao defenderem a sua unidade e ao darem a cara na primeira linha desta nossa luta. Que não se acredite nas justificações infundadas das dificuldades das empresas quando os patrões acumulam milhões explorando os trabalhadores, sem qualquer respeito ou piedade, pois esse argumento falso é apenas mais um instrumento de exploração e da tentativa de legitimação da actividade patronal em curso, que apenas visa o seu enriquecimento à custa da degradação do nível de vida dos trabalhadores.

Estaremos hoje e sempre atentos e vigilantes, não deixando de intervir e lutar por mais justiça e dignidade na profissão, reivindicando, denunciando e propondo alternativas às medidas ilegítimas que urge combater.

Nas eleições realizadas no STAD, em Janeiro p.p., apresentou-se uma nova Lista Unitária, constituída por sócios de todas as regiões do país e cuja consigna é "Devolver o Sindicato aos Trabalhadores".

Depois de dezenas de anos sempre com os mesmos dirigentes, a apresentação desta lista foi uma lufada de ar fresco que fez muitos sócios voltarem a acreditar que **é possível uma outra acção sindical, ligada aos trabalhadores e aos seus locais de trabalho, prestigiada, reivindicativa** e em luta contra um patronato que todos os dias viola as leis do trabalho, que não cumpre as cláusulas e os direitos consagrados no CCT ainda em vigor neste nosso Sector da Segurança Privada.

Uma Lista Unitária que se propôs voltar a unir os trabalhadores e a trabalhar para informar e mobilizar os sócios para a luta pelos seus direitos, sem transigências e sem compromissos duvidosos com os patrões.

Para surpresa e espanto dos sócios do STAD, os anteriores dirigentes, auto-intitulados "Lista A" e tendo à cabeça o sempiterno Carlos Trindade, na qualidade de presidente da MAG, numa atitude antidemocrática e a pretexto de pequenas irregularidades - aliás, logo prontamente corrigidas nos termos dos Estatutos -, recusaram a admissão da Lista Unitária às eleições! Com medo de perderem as eleições, que sempre "ganham" com listas únicas, decidiram ilegal e ilegítimamente impedir os sócios de, pelo voto, decidirem quem melhor os deverá representar e defender.

À Lista Unitária só restou recorrer aos tribunais, para que se faça justiça e seja corrigida a clamorosa ilegalidade, com a anulação deste acto eleitoral fraudulento e a convocação de novas eleições, limpas e democráticas. Não tendo sido travado o "acto eleitoral" em tempo útil, aguarda ainda uma decisão do juiz encarregue do processo.

Constituída por gente séria e responsável, formada por trabalhadores estimados pelos seus companheiros de trabalho, a Lista Unitária vai continuar a bater-se pela legalidade e pela democracia sindical no nosso Sector, coerente com a palavra de ordem com que se apresentou a estas eleições: **"POR UM SINDICATO DE CLASSE, EM UNIDADE, NA DEFESA DOS DIREITOS. DEVOLVER O SINDICATO AOS TRABALHADORES"**

O Departamento de Segurança Privada da PSP realizou uma operação de fiscalização a seis entidades de segurança privada nos distritos do Porto, Aveiro, Braga e Viseu, detetando, segundo os próprios, infrações muito graves. Entre elas: Ausência de contacto permanente, inexistência de recursos humanos necessários para o funcionamento da empresa, falta de livros de reclamações, inexistência de publicação

do alvará, falta de equipamentos de segurança obrigatórios, ausência do registo criminal nos ficheiros individuais dos vigilantes, entre outras.

No fundo, o que todos sabemos, a segurança privada, tanto ao nível do seu funcionamento como no que aos direitos dos trabalhadores diz respeito é uma autêntica selva a que as autoridades não têm dado qualquer tipo de importância.

Funcionário da Prosegur há cerca de dez anos, José Cristino, casado e pai de bebés gémeas, morreu de acidente de automóvel depois de em 3 dias ter trabalhado 36 horas, 28 delas ininterruptamente. Tudo leva a crer que Cristino tenha adormecido ao volante, resultado do cansaço causado pelo excesso de horas de trabalho.

Consta que a Prosegur terá solicitado à esposa de José Cristino que não comentasse com ninguém a carga horária do marido. Questionada sobre o acidente e a carga horária do vigilante, a empresa limitou-se a lamentar a morte do seu funcionário e garantiu que tem “mantido contacto permanente e direto, no sentido de prestar-lhes (aos colegas) todo o apoio necessário neste difícil momento”. Tendo em conta o nosso conhecimento da prática destas empresas, o “apoio” prestado aos colegas terá sido certamente o aumento de horas aos vigilantes colegas de Cristino de modo a compensar a sua ausência!... Este abuso por parte das empresas de segurança para com os seus trabalhadores é prática recorrente, sendo estes ameaçados com despedimento ou transferência de posto em caso de recusa.

Estamos perante a mais grave das consequências possíveis do excesso de horas de trabalho, mas existem outras que também não podemos nem devemos ignorar.

Camaradas,

A Securitas, como uma das grandes empresas do sector da vigilância privada, vice-presidente da A.E.S. (Associação de Empresas de Segurança), vindo ao longo dos anos acumulando lucros gigantescos, deveria ter uma postura responsável e séria quanto à organização do sector e cumprimento dos direitos dos trabalhadores. Porém, nos últimos tempos, temos assistido a uma “colagem” desta empresa com outras mais pequenas, as chamadas de “vão de escada”, no que diz respeito a práticas abusivas e formas de chantagem sobre os seus trabalhadores, em especial os mais antigos. Esses mesmos trabalhadores, que com o seu trabalho e dedicação lhes asseguraram contratos em clientes de diversas áreas, tais como: serviços públicos, embaixadas, bancos, seguradoras, empresas de transportes, aeroportos, etc., são hoje “material descartável”. Ao fim de 20 ou 25 anos de serviço serão contemplados com uma indemnização miserável e uma cartinha para o fundo de desemprego.

Num sector de actividade sem qualquer respeito pelas leis em vigor, sem autoridades fiscalizadoras na defesa dos direitos dos trabalhadores, do contrato colectivo de trabalho, do desempenho da actividade de segurança privada, esta empresa apresenta uma gestão de Recursos Humanos sem quaisquer critérios, seja de perfil, área geográfica ou competência. Com uma política de favor, de compadrio, promovendo chefias que não questionam as opções postas em prática e se promovem a elas próprias, gerem as suas "quintas" concedendo "jeitinhos" aos amigos que mais lhes interessam, em prejuízo de um tratamento justo e igual para todos. A utilização em demasia da velha teoria "se tiveres uma cunha, safas-te", ou ainda mais grave, uma cultura de subserviência fazendo destas práticas uma prova de selecção para o ingresso ou permanência na empresa.

Nos locais de trabalho assistimos à entrada de novos trabalhadores sem qualquer preparação para as funções a desempenhar, devido a uma inadequada política de formação. São conhecidos, na gíria, como os "PTO" (pau para toda a obra), os "pivôs", os "S.P.F." (sem posto fixo), trabalhadores esses que não têm, lá está, posto fixo, escala de serviço, trabalham para a empresa num sistema de "disponíveis 24 horas por dia" na expectativa de um telefonema para poder trabalhar. Todas estas arbitrariedades são de tal forma gravosas que englobam tanto novos trabalhadores como os mais antigos, tentando colocar trabalhadores contra trabalhadores, uma das muitas formas de chantagem e intimidação exercida por esta empresa.

Os trabalhadores da vigilância privada sabem bem o que é trabalhar 16 horas por dia com apenas um subsídio de alimentação, pois a regra das oito horas de trabalho diário há muito que foi abolida neste sector. Pagam caro a opção de ser ou não sindicalizados. Indignam-se com a prática de pagamento do trabalho extraordinário não declarado em "KMS", subsídios de alimentação e outras formas criativas de contornar o assunto. A precarização entrou neste sector e em particular nesta empresa de uma forma abusiva, ao ponto de um trabalhador em "part-time" trabalhar mais horas que outro em "full-time".

A empresa assumiu o compromisso de ministrar a formação profissional obrigatória por lei, necessária à renovação do cartão profissional do sector. Tal não foi cumprido. Muitos trabalhadores tiveram que pagar do próprio bolso a sua formação e realizá-la em empresas de formação alheias à empresa. Essa formação deveria ter sido realizada durante o horário de trabalho mas mais uma vez não foi isso que se verificou. Os vigilantes tiveram que recorrer a dias de férias, trocas com colegas, majoração de férias, folgas. Um autêntico escândalo.

É prática corrente os trabalhadores desta empresa sentirem-se ameaçados e intimidados por parte das suas chefias sempre que exigem respeito pelos seus direitos contratuais, portanto, legais.

As contínuas formas de pressão e chantagem por parte da administração desta empresa são completamente contrárias aos anseios e legítimas aspirações dos

trabalhadores, sejam elas de valorização pessoal, progressão de carreira, ou na valorização efectiva dos seus salários, estes congelados desde 2012.

Os trabalhadores da Securitas constataram, desde a publicação da lei 34/2013, muitas formas de submissão e chantagem que lhes foram impostas das quais ainda não se conseguiram libertar.

Temos de ser capazes de unir estes trabalhadores em torno do mesmo objectivo.

A valorização do trabalho com direitos.

Saudações fraternas.

